

**18° CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**  
**26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)**

**GRUPO DE TRABALHO: GT 38 - Sociologia do Esporte**

**Fêmea ou Mulher? Por uma genealogia da segregação nos Jogos Olímpicos da  
Era Moderna**

**Adriano Martins Rodrigues dos Passos**  
**Universidade Federal de Goiás (UFG)**

# Fêmea ou Mulher? Por uma genealogia da segregação nos Jogos Olímpicos da Era Moderna

PASSOS<sup>1</sup> Adriano M. R.

## Resumo

Segundo Thomas Laqueur, foi durante o século XVIII que o sexo como nós o conhecemos foi moldado, passando de uma categoria sociológica para uma categoria ontológica. Cenário que ajudou a criar a concepção de que machos e fêmeas da espécie humana seriam opostos incomensuráveis e possibilitou financiar as segregações e interdições como as que assistimos no contexto muito particular dos esportes. Desse modo, com a inclusão dos “Exames de Verificação do Sexo/Gênero” nos esportes de alto rendimento, tais segregações e interdições ganharam o reforço de mais um dispositivo de controle. Feitos inicialmente a partir de características fenotípicas, os testes foram modificados ao sabor dos achados científicos, de conflitos ideológicos e de uma constante ânsia pela procura de marcadores biológicos capazes de identificar possíveis fraudes de sexo/gênero nas competições. Assim, será sobre a trama discursiva dos Exames de Verificação do Sexo/Gênero nos Jogos Olímpicos que este trabalho se debruçará. Para tanto, as problematizações apresentadas estarão em óbvia afinidade com as críticas feministas às ciências e com os estudos sobre a construção social das diferenças.

**Palavras-chave:** Diferença; Sexo; Gênero; Esportes; Discurso.

## Introdução

O interesse na diferenciação dos sexos não nasceu com o fortalecimento das ciências do século XVII e XVIII, ao invés disso, esse espectro tem rondado a tradição ocidental há séculos, ainda que a partir de posicionamentos distintos. Ana Maria Colling (2004) aponta que Platão (427 - 347 a.C.) acreditava que as mulheres eram a reencarnação dos homens; daqueles homens que na sua primeira existência tinham sido covardes, que conduziram mal suas vidas, que foram incapazes de estabelecer uma ética de vida e que, portanto, não tiveram força suficiente para ter acesso ao conhecimento. Já Aristóteles (384 - 322 a.C.), não só acreditava que as mulheres tinham os corpos inacabados como os das crianças, sendo mais fracas e mais frias, como insistia que o corpo masculino era caracterizado pela existência de uma “força moldadora” que, em contato com o corpo feminino, detentor da “matéria”, gerava outros seres humanos (LAQUEUR, 2001; COLLING, 2004). Todavia,

---

<sup>1</sup> Trabalho financiado pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás (UFG/GO). Email: [amrpassos@gmail.com](mailto:amrpassos@gmail.com). Fone: (62) 98308-8284

segundo Thomas Laqueur (2001), Aristóteles não via essas adaptações como sinais de oposição sexual, já que elas não eram fundamentalmente a base da diferenciação ontológica, ao contrário, eram, sobretudo, diferenciações sociológicas. Em outras palavras, a visão aristotélica apresentava uma estrutura inversa do que contemporaneamente se pensa sobre as relações de gênero, pois nela os aspectos “biológicos” ou “naturais” não tinham a mesma relevância dos aspectos sociais.

Galeno (129 - 201 d.C.), considerado como um dos grandes influenciadores do pensamento das ciências médicas, ao se distanciar do pensamento aristotélico, se aproximou da concepção platônica, uma vez que compreendia o sexo a partir da figura do modelo único, no qual a mulher era a “representação imperfeita” da anatomia masculina. Conforme Laqueur (2001), Galeno sempre insinuava que nada era mais plausível que pensar as mulheres como homens, já que existiria entre os sexos uma paridade topográfica invertida, na qual as mulheres, sendo homens invertidos, tinham “exatamente os mesmos órgãos, mas em lugares exatamente errados” (p. 42).

Ainda que o modelo do “sexo único” galênico, no qual a mulher seria a “imperfeição” do corpo masculino, tenha sido questionado e problematizado pelas ciências a partir século XVII, o pensamento ocidental não deixou de manter as mulheres como ente mais frágil e, como problematizou Jacques Derrida (1991), derivacional do pensamento dualista e binário, fortemente representado como “oposto” (luz-escuridão, alto-baixo, céu-inferno), e no nosso caso, em específico, a relação dada por homens e mulheres.

Seria necessário admitir que a diferença é derivada, acidental, dominada e comandada a partir do lugar de um ente-presente, podendo este ser qualquer coisa, uma forma, um estado, um poder no mundo, aos quais seria possível atribuir qualquer espécie de nome, um *quê* ou um ente-presente como *sujeito*, um *quem*. (DERRIDA, 1991, p. 47 – grifos no original).

Na segunda metade do século XIX, logo após a publicação do seu livro *A Origem das Espécies* (1859), apresentando evidências da evolução das espécies e mostrando que a diversidade biológica seria o resultado de um processo de descendência com modificações, Charles Darwin começou a ser questionado por algumas das poucas cientistas atuantes à época (CITELI, 2000). Segundo Anne Fausto-Sterling (2000, 2001) e Maria Teresa Citeli (2000), cientistas como Antoinette B. Blackwell – *The sexes throughout nature* (1875) e Elisa Gamble – *An inquiry into*

*the dogma of her inferiority to man* (1893), problematizaram as afirmações de Darwin, que para elas, davam uma indevida proeminência à evolução masculina, não adotando uma visão igualitária no desenvolvimento entre os sexos, ou mesmo, deixando de constatar a superioridade feminina no processo evolutivo.

Foi nesse cenário histórico, engendrado pela cientificidade da hierarquização de poder, baseada nas diferenças entre os sexos, que a cidade de Atenas sediou a primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, em seis de abril de 1896. À época, o idealizador dos jogos, Barão Pierre de Coubertin, declarava firmemente que nenhuma mulher, por mais forte que fosse, poderia suportar os embates esportivos propostos pelo evento, o que culminou na não participação, oficial, das mulheres como atletas.<sup>2</sup> Todavia, segundo Eleni Fournaraki & Zinon Papakontaninou (2011), uma ateniense chamada Stamati Revithi, muito pobre, possivelmente viúva ou “mãe solteira”, oriunda da região de Piraeus, se apresentou ao Comitê Organizador em fevereiro de 1896 com a intenção de participar do evento e angariar alguma recompensa financeira, se acaso ganhasse a competição. Como teve seu pedido negado, Stamati Revithi fez o mesmo percurso da prova da maratona obtendo um tempo que a colocaria a frente de muitos dos homens que participaram da competição oficial (GOELLNER, 2005).<sup>3</sup>

Passados 116 (cento e dezesseis) anos, nos Jogos Olímpicos do Rio 2016, as mulheres representaram cerca de 45%<sup>4</sup> do número de atletas, contudo, a equidade de suas atuações junto aos homens, seja como competidoras ou membros de delegações, não ocorreu. De todas as modalidades oferecidas, apenas o Hipismo, o Badminton, a Vela (categoria Nacra17) e o Tênis contaram com provas mistas. E dessas quatro modalidades, somente na modalidade equestre e da vela elas e eles puderam competir contra si mesmos. Já esportes como a Ginástica Rítmica e o Nado Sincronizado se mantiveram como territórios exclusivamente femininos.

---

<sup>2</sup> UN - UNITED NATION WOMEN. United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women. Women 2000 and beyond. December 2007. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/public/W2000andBeyond.html> Acesso em 21 set. 2015.

<sup>3</sup> A prova de maratona feminina só foi incluída nos Jogos Olímpicos de Los Angeles 1984. Disponível em: <https://www.iaaf.org/competitions/olympic-games/news/womens-marathon> Acesso em 03 jan. 2017.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/rio-2016-a-olimpiada-das-mulheres> Acesso em 29 nov. 2016.

Essa crescente participação das mulheres no contexto esportivo dos Jogos Olímpicos e a maior aceitação de eventos esportivos mistos, conforme as colocações de Silvana Vilodre Goellner (2005), apesar de positiva, evidencia paradoxalmente, que as condições de acesso e permanência no campo das práticas corporais e esportivas, foram e são distintas, sejam elas no esporte de alto rendimento, no lazer, nas aulas de Educação Física escolar, na visibilidade conferida pela mídia, no valor financeiro atribuído às suas vitórias.

### **A construção do “oposto incomensurável”**

Laqueur em sua obra *Inventando o Sexo. Corpo e gênero dos gregos a Freud* (2001), mostra como o sexo<sup>5</sup> passou a definir as diferenciações entre homens e mulheres. A partir de uma volumosa documentação, possibilitada por escritos médicos do final do século XVIII, ele problematiza a rarefação da importância do prazer feminino para a fertilização (procriação) e o momento no qual o corpo feminino deixou de ser explicado como inferior ao corpo masculino, tornando-se seu “oposto incomensurável” (Idem, p.18).

Igualmente, durante os séculos XVIII e XIX, no seio da sociedade europeia, começou a ganhar força e importância a disciplina de Educação Física, fruto das ciências positivistas (Medicina, Biologia, Física e Química) e de seus mais recentes “achados científicos”. Disciplinas que fomentaram a construção e a disciplinarização dos corpos, respondendo às necessidades do modo de produção capitalista e que ajudaram a interpretar o corpo como um componente orgânico, capaz de ser analisado, explicado e treinado para produzir mais, melhor e em menor tempo (SOARES, 2007; PASSOS, 2014).

Uma emergência exposta e problematizada por Michel Foucault (2011), para quem o primeiro polo de poder sobre a vida a se desenvolver foi centralizado no corpo como máquina; adestrando-o, ampliando suas aptidões, extorquindo sua força e o integrando eficientemente ao sistema econômico; “tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo*

---

<sup>5</sup> Quando o sentido for para descrever as diferenças internas e externas do corpo, diferenças anatômicas consideradas básicas pelas ciências biológicas, na determinação do macho e da fêmea da espécie humana, utilizarei a palavra sexo. Para descrever a diferenciação social entre homens e mulheres, utilizarei sexo/gênero. Embora, saibamos que tanto as distinções anatômicas e fisiológicas são discursivas, históricas e culturalmente construídas (BUTLER, 2003).

*humano*” (Idem, p. 151 - grifos no original). Política que serviu para eximir do ambiente social e transferir para os cuidados pessoais com o corpo as responsabilidades pelas desigualdades sociais e as mazelas advindas das péssimas condições de vida daquele período (SOARES, 2007).

Foucault (2011) sustenta ainda que, além do investimento disciplinador, otimizador e padronizador no corpo individual, através das ciências – inclusive das ciências ditas humanas (psicologia, sociologia e economia), a sociedade moderna investiu também no “corpo-espécie [...] mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população” (Idem, p. 152 - grifos no original).

Um poder investido de cima a baixo, do detalhe à massa, biopoder e biopolítica - “anatômica e biológica, individualizante e especificante” (Idem, p. 152). Possibilitado por um aparato discursivo que estimulou e ainda estimula o controle da população, dos indivíduos, do sexo/gênero de seus corpos, de “suas capacidades, gestos, movimentos, localização e comportamentos” (SAWICK *apud* FAUSTO-STERLING, 2001, p. 26).

Todavia, como ressalta Laqueur (2001), essas novas formas de interpretar o corpo não foram necessariamente frutos de um maior conhecimento científico, mas de dois grandes desenvolvimentos distintos, analíticos e não apenas históricos: um epistemológico e outro político, uma vez que “quando as diferenças foram descobertas elas já eram, na própria forma de sua representação, profundamente marcadas pela política de poder do gênero” (p. 22).

Para mais, as separações/segregações entre os sexos nos esportes apresentam algumas particularidades que nem sempre têm sido problematizadas: a pressuposta “naturalidade” das diferenças entre os sexos; a insistência pela normatização e a legitimação/manutenção da ideologia de um sistema de “dois sexos”. Eric Anderson (2008), atenta que as instituições generificadas são sempre arenas de tensões e lutas dinâmicas, mas poucas naturalizam o sexo/gênero como o contexto esportivo. Como um espaço fortemente segregado, homofóbico, sexista e misógino, o esporte não só contribui para uma “ordem de gênero”, como também reproduz, conserva e estabiliza um modelo de masculinidade que cobra um considerável preço para ambos os sexos (ANDERSON, 2008). Em outras palavras, esses espaços criam e mantêm arranjos que engendram, prendem e reiteram a

desvalorização das mulheres, gays, lésbicas, transexuais, intersexuais e travestis, assim como exigem dos homens um padrão de masculinidade que não atente contra a “masculinidade hegemônica” (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013).

Portanto, parece necessário perguntar por que o sexo/gênero se tornou tão importante de ser controlado, principalmente no contexto esportivo de alto rendimento dos Jogos Olímpicos; por que coube às mulheres a obrigatoriedade da comprovação científica de seu sexo; quais foram/são os parâmetros utilizados pelos “comitês de especialistas”, determinados pelas Confederações, Federações Esportivas Internacionais e Comitê Olímpico, para determinar se um ser humano é mulher ou homem; por que as diferenças entre mulheres e homens, se é que elas existem, se tornaram essenciais para separá-los nas competições esportivas?

### **O controle do sexo/gênero: a complexidade do jogo discursivo**

Pesquisar a política do sexo/gênero dentro dos Jogos Olímpicos não é uma tarefa fácil, afinal, essa política, em específico, está fundada em inúmeros discursos que conformam sua imbricada teia discursiva e que mantêm as representações sociais sobre os esportes contemporâneos. Uma teia fortalecida pelas “verdades” de inúmeros discursos científicos, culturais, ideológicos, políticos, religiosos, etc., “[...] espécie de erro que tem a seu favor o fato de não poder ser refutada, sem dúvida porque o longo cozimento da história a tornou inalterável” (NIETZSCHE 1882 apud FOUCAULT, 1979, p. 19), mas que frequentemente tem sido enfraquecida ou tencionada por discursos advindos dos movimentos sociais, das novas perspectivas epistemológicas (estudos de feministas e de gênero, estudos *queer*), ou mesmo pelas novas produções científicas.

Características que tornam a empreitada dos estudos sobre as segregações, controles e interdições das mulheres nos esportes de alto rendimento, extremamente complexa, pois os discursos que dão suporte a essa tessitura demonstram um comportamento arredo, insidioso e, raramente, sequencial.

Algumas autoras e autores como a própria Fausto-Sterling (2000, 2001) e Patrícia Lessa & Sebastião Josué Votre (2013), por exemplo, afirmam que o processo de monitoramento, catalogação e normatização dos corpos das mulheres atletas se deu a partir da década de 1960, entretanto, outras pesquisadoras/es

insistem que os testes começaram na década de 1930 – período a partir do qual este artigo versará.

Uma das minhas justificativas para a escolha da década de 1930 é que os Jogos Olímpicos de Berlim 1936 foram um dos momentos mais emblemáticos e cheios de disputas políticas e ideológicas no contexto dos Jogos Olímpicos da Era Moderna. Primeiro, porque Adolph Hitler tentou utilizar os jogos como forma de propagar ao mundo a força militar e ideológica do Terceiro Reich; insistiu que os/as atletas alemães eram superiores por “pertencerem” à propaganda “raça ariana”; reiterou que homens e mulheres “brancas” eram mais competentes fisicamente e intelectualmente que pessoas de outras raças/etnias e pelo discurso religioso fortemente discriminatório exposto pela ideologia nazista. Já a segunda justificativa é que os Jogos de Berlim 1936 foram os primeiros jogos televisionados<sup>6</sup>, o que ajudou a impulsionar o modelo de competição olímpico e também os valores e ideologias políticas e culturais do país sede. Ademais, é importante dizer que a televisão apesar de mostrar que as mulheres poderiam competir tão bem quanto os homens, possibilitando o empoderamento feminino, criou um campo fértil para os questionamentos sobre seus sexos, sobre a noção de feminilidades e masculinidades e sobre suas performances.

Para pesquisadoras/es como Katrina Karkazis et al (2012), Vanessa Heggie (2010), Robert Ritchie, John Reynard e Tom Lewis (2008) e Louis J. Elsas et al (2000), Anaïs Bohuon (2008), foi a partir dos Jogos de Berlim 1936 que os testes para verificação do sexo em mulheres atletas começaram a ser arquitetados. Berlim 1936 contou com a participação de personagens enigmáticas e controversas como as/os atletas Dora Ratjen (Heinrich) Ratjen, Helen Stephens, Zdenka Koubkova, Mary/Mark Weston e o técnico da seleção norte americana de atletismo, Avery Brundage.

De todas as pessoas acima citadas, a história do alemão/alemã Heinrich Ratjen, muitas vezes chamado de Hermann Ratjen, conhecido nos Jogos de Berlim 1936 como Dora Ratjen, foi e ainda é a mais cheia de “mistérios”, de informações desconstruídas ou mesmo não confirmadas; talvez uma história que nunca será totalmente conhecida. Conforme Heggie (2010) e Elsas et al (2000), Heinrich (Dora) foi durante muitas décadas acusado/a de ter sido o primeiro caso “comprovado” de

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.rio2016.com/noticias/jogos-olimpicos-da-era-moderna-116-anos-de-avancos-e-conquistas> Acesso em 03 dez. 2016.



um homem a competir como mulher num evento olímpico, entretanto, segundo a pesquisadora, essa versão da história começou a ser questionada a partir de uma extensa pesquisa jornalística feita na década de 1950 que levantou dados até então desconhecidos da mídia e de outros/as pesquisadores/as. Fato que ainda parece não impedir/alterar a ideia da fraude cometida por Heinrich, pois várias pesquisas, ainda hoje, insistem em colocar sobre Heinrich uma das “culpas” para o início dos testes de verificação do sexo em mulheres atletas.

Fausto-Sterling, por exemplo, em seu texto *Dualismos em duelos* (2001), afirma que a preocupação com o sexo das mulheres atletas se deu porque se acreditava que alguns competidores do leste europeu poderiam tentar glórias a favor da causa comunista competindo disfarçados de mulheres. Essa suspeita, segundo a pesquisadora, sempre remetia à tentativa frustrada de Dora (Heinrich) Ratjen, “membro da juventude nazista”, que ao se infiltrar na prova de salto em altura, competiu contra as mulheres durante os Jogos de Berlim 1936. Fraude que, segundo Fausto-Sterling (2001), não foi de grande valia, pois a masculinidade do/a jovem “nazista”, mesmo chegando às finais, só o/a colocou em quarto lugar, atrás de três mulheres.

Todavia, diante de outras pesquisas, hoje podemos argumentar que Dora/Heinrich Ratjen talvez tenha sido o primeiro caso de uma pessoa intersexual a ser acusada de fraude nos Jogos Olímpicos. Ademais, como afirma Heggies (2010), é preciso ter cuidado com outras acusações feitas à Heinrich, dentre elas, afirmar que Dora (Heinrich) era um membro da juventude nazista, já que ao que parece sua história foi na verdade uma mistura do autoritarismo nazista, precariedade de informações sobre a intersexualidade – Estado, Ciência e Família – e da grande burocracia do sistema legal da época que impossibilitava a “correção do erro de registro de nascimento” que, depois, se transformou numa “fraude histórica”.

O caso de Dora (Heinrich) não foi o único dentro dos Jogos de Berlim 1936. A corredora Helen Stephens – velocista norte americana, treinada por Avery Brundage –, após ganhar a prova dos 100 metros rasos foi acusada de ser um homem pela atleta polonesa Stanislaw Walasiewicz, campeã dessa prova nas Olimpíadas de Los Angeles 1932. Mediante os resultados de alguns exames, feitos por uma comissão de especialistas, montada às pressas, Helen foi diagnosticada “mulher” e manteve sua vitória. Já Avery Brundage, por sua vez, e estranhamente,

levantou suspeitas não de Stanisława Walasiewicz, mas de duas outras atletas, a corredora tcheca Zdenka Koubkova (Zdenek Koubek) e da arremessadora de peso e dardo britânica Mary Weston (Mark Weston). Essas duas atletas haviam passado por cirurgias de redesignação sexual e, mesmo não tendo competido nos Jogos de Berlim 1936, tiveram seus sexos “questionados” a *posteriori* por Avery Brundage (HEGGIE, 2010).

De acordo com Heggie (2010), a polonesa Stanisława Walasiewicz, que havia questionado o sexo da norte americana Helen Stephens, mudou-se para os Estados Unidos da América e passou a se chamar Stella Walsh. Em 1980 já com 69 anos, Walsh foi morta num assalto e, por causa das circunstâncias da sua morte, a autópsia de seu corpo revelou que ela possuía uma genitália ambígua, tendo sido considerada à época uma “hermafrodita”<sup>7</sup>.

Já o nome de Avery Brundage – técnico da seleção norte americana de atletismo na Olimpíada de Berlim 1936, não foi “citado” ingenuamente, pois segundo Annette C. G. Brömdal (2013) e Heggie (2010), foi ele um daqueles que começaram a exigir os testes de verificação do sexo. Somadas às acusações de racista e xenofóbico, Brundage foi um grande opositor de qualquer manifestação política durante os Jogos Olímpicos o que o tornou uma figura muito controversa, principalmente quando foi o presidente do Comitê Olímpico Internacional, entre os anos de 1952 a 1972.

Apesar dos imbróglios, a verificação do sexo de mulheres atletas nos Jogos Olímpicos de Berlim 1936, não foi feita a partir de uma implementação prévia, pois essa prática só começou em 1946 no Campeonato Europeu de Atletismo, realizado na cidade norueguesa de Oslo, organizado pela Federação Internacional de Atletismo – primeira instituição vinculada ao Comitê Olímpico Internacional a “implantar” os testes de verificação do sexo e exigir um “certificado de elegibilidade” das mulheres atletas (HEGGIE, 2010). Atitude que, segundo Karkazis et al (2012) e Heggie (2010), também forçou o COI a exigir os testes e as certificações médicas a partir das Olimpíadas de Londres 1948.

Patricia Nell Warren (2007) afirma que a implementação da verificação do sexo das atletas surgiu como um de tantos produtos da propaganda da Guerra Fria,

---

<sup>7</sup> O termo “hermafrodita” já não é mais utilizado, pois ele trás uma miríade histórica de aspectos pejorativos. Desde de 2006 tem-se utilizado/preferido a categoria “intersexo” para designar pessoas com alguma desordem no desenvolvimento sexual (DSD - Disorder(s) of Sex Development). Disponível em: [http://www.isna.org/files/DSD\\_Symposium\\_Proceedings.pdf](http://www.isna.org/files/DSD_Symposium_Proceedings.pdf) Acesso em 03 dez. 2016.

de uma disputa ideológica entre os blocos dominados pelos Estados Unidos e a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Diante de conflitos político-econômicos e guarnecidos pelas discórdias religiosas, Estados Unidos e URSS, se serviram do moto olímpico “*citius, altius, fortius*” para mostrar ao mundo que seus/suas próprios/as atletas seriam os/as mais rápidos/as, mais fortes e que chegariam mais alto em seus valores culturais.

Se os primeiros anos do século XX foram marcados pelo aumento da participação das mulheres nos mais diversos contextos sociais, os anos de 1950 e 1960 se tornaram centrais na preocupação com o *doping*, a exacerbação das disputas entre os blocos socialistas *versus* capitalistas e as possíveis fraudes de homens competindo como mulheres.

E foi nesse quadro que, a partir da primeira participação da URSS nos Jogos Olímpicos de Helsinque 1952, o mundo assistiu aos enfrentamentos feitos pelos/as atletas soviéticos e norte-americanos/as baseadas em disputas tão ferozes, que mais de cem recordes mundiais foram batidos; cenário que fez o mundo esportivo tomar ciência de que os esportes de alto rendimento haviam se tornado um concorrido espaço para a propaganda das distintas ideologias dos blocos capitalistas e socialistas (WARREN, 2007).

E para tanto, as mulheres soviéticas quanto as norte-americanas foram peças chave nos enfrentamentos esportivos engendrados pelos diferentes regimes políticos e econômicos. Partindo de noções de feminilidades diferentes, mas sendo “usadas” para os mesmos propósitos, Estados Unidos e União Soviética lançaram mão do poderio feminino para fazer propaganda das suas ideologias. Enquanto a URSS ditava um modelo de mulher “super-trabalhadora”, os Estados Unidos reforçavam um modelo mais conservador e fortemente preso ao sistema de crenças religiosas (WARREN, 2007).

Durante boa parte da década de 1960, as irmãs soviéticas Tamara e Irina Press, representantes da URSS no atletismo, venceram quase todas as provas que disputaram. Suas marcas não só colocavam a URSS no topo do quadro de medalhas como quebravam recordes. Entretanto, a visibilidade promovida por suas vitórias também reforçavam ainda mais os questionamentos acerca do “modelo masculinizado” das mulheres soviéticas, levantando dúvidas sobre o sexo das duas irmãs: “Seriam homens disfarçados de mulheres?”

Tamara e Irina eran dos mujeres corpulentas y musculosas, nuez de Adán incluida. El *SportsJones* comenta: “Decir que eran un poco masculinas sería como decir que el edificio del World Trade Center es un poco alto”. Las dos tenían vello facial. Tamara tenía unos muslos gruesos y musculados como los de un levantador de pesas y un poderoso torso con la mínima sugerencia de pechos asomando a ambos lados del canalillo. Cuando los espectadores enfocaron sus prismáticos y observaron a las dos mujeres entrar en acción, oleadas de rumores recorrieron las gradas. De inmediato se consideró a las hermanas Press como las últimas “monstruosidades”. Tamara, la mayor y más corpulenta de las dos, era la que más curiosidad y ultraje provocaba. Cuando completó su primera aparición, a buen seguro debió de sentir intensamente el escrutinio al que estaba sometida... junto con la enorme responsabilidad que soportaban sus anchos hombros: demostrar que su país era mejor que ningún otro (WARREN, 2007, p. 169).

Seus corpos, suas habilidades e até mesmo seus comportamentos – considerados arredios demais – scandalizaram o mundo esportivo ocidental a tal ponto que, segundo alguns/algumas pesquisadores/as, o Comitê Olímpico Internacional foi pressionado a propor parâmetros mais científicos, padronizados e obrigatórios, para os exames de verificação do sexo. “A esas alturas, Tamara e Irina habían ganado ya cinco oros olímpicos, una plata y habían batido un puñado de mejores registros mundiales. Los quejumbrosos se pusieron en alerta roja. Había llegado la hora de apartar a las “monstruosidades” de escena” (WARREN, 2007, p. 172)

Durante os anos de 1960 a 1967, tanto o COI como a *International Association of Athletics Federations* (IAAF) já realizavam testes aleatórios para a verificação do sexo das mulheres atletas, porém, sem normatização prévia. Tais exames eram feitos com base no reconhecimento das características fenotípicas (presença da genitália feminina, caracteres secundários como pelos, presença e tamanho dos seios, massa muscular).

Já desgastadas pela pressão popular, pelos constantes questionamentos sobre seus sexos e suas feminilidades, pelos rumores sobre a padronização e obrigatoriedade dos exames de verificação do sexo – o que elas consideravam ultrajantes –, as irmãs Tamara e Irina Press se afastaram das competições oficiais depois dos Jogos Olímpicos de Tóquio 1964 (WARREN, 2007); antes mesmo da padronização e a obrigatoriedade dos exames de verificação do sexo que se tornou realidade no Campeonato Europeu de Atletismo de 1966.

É importante dizer que o comportamento das irmãs soviéticas não só manteve a dúvida sobre os seus sexos, como reforçou a ideia de que elas realmente seriam

“homens”, o que fomentou o aumento de apelos, principalmente por parte dos Estados Unidos, para que fosse mantida a obrigatoriedade da comprovação do sexo das atletas (WARREN, 2007).

Desse modo, nos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg 1967, as atletas tiveram que passar por uma constrangedora “*naked parade*” (HEGGIE, 2010, p. 159). Nela desfilavam nuas na frente de uma comissão de especialistas. Embora tais “desfiles” fossem para a averiguação do sexo, curiosamente, a primeira mulher atleta a ser “reprovada” foi uma corredora que não apresentava características secundárias “suficientes” que comprovassem sua feminilidade. A descrição do momento, presenciada e relatada pela atleta americana Maren Sidler, demonstra o quão constrangedor eram esses momentos.

Eles nos alinharam fora de uma sala onde havia três médicos sentados em uma fileira atrás das mesas. Você tinha que entrar e puxar para cima sua camisa e empurrar para baixo suas calças. Em seguida, eles olhavam (observavam) enquanto você os esperava conferir e decidir se você estava OK. Enquanto eu estava na fila, eu me lembro de uma das velocistas, uma menina minúscula, magra, que saiu sacudindo a cabeça para frente e para trás dizendo. ‘Bem, eu falhei, eu não tinha a parte de cima grande o suficiente. Eles disseram que eu não posso correr e eu tenho que voltar para casa porque eu não sou “grande” o suficiente’ (D. LARNED, 1976, p. 8 *apud* HEGGIE, 2010, p. 159-160 - tradução livre).

Mesmo diante das inúmeras censuras às humilhações, exposições de fotos dos órgãos genitais pela mídia, as mulheres ainda tiveram que apresentar, até as Olimpíadas de Seul 1988, a “carteira rosa [...] documento que era uma espécie de passaporte para as mulheres participarem dos Jogos Olímpicos, com a comprovação científica de que elas eram realmente mulheres” (LESSA & VOTRE, 2013, p. 266). Todavia, é preciso dizer, como pretende ser demonstrado neste artigo, que os exames de verificação do sexo foram “aperfeiçoados”, saindo do reconhecimento fenotípico e passando para a confirmação do sexo através de exames citológicos e de genotipagem; além de serem mulheres as atletas tinham que ser fêmeas.

Dessa maneira, foi diante da ansiedade política da Guerra Fria, dos questionamentos engendrados pelos movimentos sociais acerca de uma ordem hierarquizada e binarizada do mundo que, durante os Jogos Olímpicos da Cidade do México 1968, o COI deu início aos processos “científicos”, sistemáticos e padronizados de monitoramento e catalogação para a comprovação do sexo das atletas, feitos pelo escrutínio de marcas citológicas e não mais apenas pela

fenotipagem (LESSA & VOTRE, 2013; KARKAZI et al, 2012; RITCHIE et al, 2008; HEGGIE, 2010). Exames que foram apresentados à/pela mídia como “infalíveis” e que não exporiam as mulheres às humilhações das “*naked parades*” (ELSAS et al, 2000; FAUSTO-STERLING, 2001).

Não obstante, como já problematizaram inúmeros/as pesquisadores/as das mais variadas áreas de conhecimento – Educação Física, Sociologia, Antropologia, Filosofia, Biologia, Psicologia, Medicina –, gênero/sexo são os dois construções sociais, resultado da prática discursiva recorrente e reiterada por sujeitos/instituições com poder e legitimidade suficiente para materializá-los em “verdades” (GOELLNER, 2007; LAQUEUR, 2001; FAUSTO-STERLING, 2000, 2001; BUTLER, 2003). Dito isso,

[...] não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva. Sem dúvida, será sempre apresentado, por definição, como tendo sido gênero desde o começo (BUTLER, 2003, p. 27).

Investindo no mundo microscópico e partindo da vigilância da “massa” para o “detalhe”, como a biopolítica apontada por Michel Foucault (2011), o COI e a IAAF iniciaram uma corrida para identificar e afirmar o sexo das mulheres atletas que não fosse o fenotípico. Assim, o segundo marcador utilizado pelo COI e pela IAAF, foi o Corpúsculo de Barr ou Cromatina Sexual, aplicado a partir de 1966, e que implicava na averiguação de células epiteliais retiradas do interior da bochecha a partir de um esfregaço bucal.

O Corpúsculo de Barr é a compensação natural para a dupla carga genética dos indivíduos femininos da espécie humana, ou seja, um dos cromossomos X fica inativado, fazendo que só um dos alelos X se manifeste. Tal inativação, dada pela espiralização de um dos cromossomos X, se daria apenas nas fêmeas humanas, já que nos machos da nossa espécie, aqueles (XY) o corpúsculo não deveria estar presente, uma vez que não haveria necessidade de “inativar” um dos cromossomos X (KARKAZIS et al, 2012; HEGGIE, 2010). Em outras palavras, para a atleta ser “aprovada” por esse exame deveria apresentar junto à face interna da membrana nuclear uma pequena mancha de cromatina mais intensamente corada, mancha que comprovaria a inativação dada pela espiralização de um dos cromossomos X<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> “Los humanos nacen con 46 cromosomas, en 23 pares. Los dos cromosomas que determinan el sexo del niño son el X(hembra) y el Y (macho). La mayoría de las mujeres son XX, mientras que la

Com o início da aplicação do Teste de Barr, a atleta polonesa Ewa Klobukowska, segundo Ritchie et al (2008), se tornou a primeira mulher desqualificada das competições esportivas, uma vez que suas células apresentavam um mosaico cromossômico. Porém, como expôs Warren (2007), anos depois, apesar do questionamento do seu sexo, Ewa Klobukowska comprovou sua “normalidade” tendo um filho.

Outra atleta que foi duramente perseguida após “falhar” no Teste de Barr foi a principal corredora da equipe espanhola, María José Martínez-Patiño. Por ter esquecido sua “carteira rosa”, Patiño foi submetida ao Teste de Barr poucas horas antes de entrar na pista de competição dos Jogos Mundiais Universitários na cidade de Kobe, Japão, 1985 (SÁNCHEZ, MARTÍNEZ-PATIÑO & VILAIN, 2013; HEGGIE, 2010; FAUTO-STERLING, 2000, 2001).

Em 1985, seus sonhos foram descarrilados quando foi descoberto que ela tinha um cromossomo Y, o que a desqualificou de competir com as mulheres. Apesar dela ter se identificado como fêmea durante toda sua vida, seu sentido do *self* foi colocado em questão por causa dos resultados de um teste citogenético. Depois de ter sido submetida a intenso exame médico e ao escrutínio da mídia, determinou-se que sua condição a tornou incapaz de se beneficiar da presença do cromossomo Y e ela foi novamente reintegrada no atletismo. No entanto, sua vida e sua carreira atlética foram marcadas para sempre pelo incidente (SÁNCHEZ, MARTÍNEZ-PATIÑO & VILAIN, 2013, p.112 - tradução livre).

Ainda que tenham abandonado o Teste de Barr em 1991, tanto o COI como a IAAF, não deixaram de buscar outros testes que pudessem afirmar/confirmar o sexo das atletas e garantir aquilo que essas instituições chamam de “competição justa”. Em 1992, apoiados pelos achados científicos, o COI e a IAAF começaram a utilizar a “Análise do *locus* SRY” no processo de escrutínio do corpo feminino. Esse teste consiste na procura do gene SRY a partir de células da parede bucal. O gene SRY, como apontam Ritchie, Reynard e Lewis (2008) e Elsas et al (2000), foi considerado essencial na diferenciação gonadal e fenotípica, pois ele acarretaria na formação dos testículos e, portanto, produção de testosterona. Porém, como é aceito atualmente, outros genes são pré-requisitos para o desenvolvimento normal dos testículos e das partes internas e externas do macho da espécie humana, o que

---

mayoría de los hombres son XY. En la época de la Guerra Fría, todavía se daba por sentado que la mera presencia de un cromosoma Y determinaba absolutamente el sexo masculino. Sin embargo, las nuevas investigaciones científicas estaban descubriendo que, en un número muy escaso entre miles de nacimientos, podía existir una increíble serie de variaciones. Hay personas que nacen con un cromosoma de un único sexo (son 45X o 45Y). Otros nacen con un tercer cromosoma sexual (los 47XXY, 47XYY o 47XXX)” (WARREN, 2007, p. 172-17).

significa dizer que o gene SRY não seria o único responsável pela diferenciação dos sexos. Ainda assim, o teste foi aplicado até os Jogos Olímpicos de Atlanta 1996, quando dos 3000 (três mil) testes aplicados, 8 (oito) mulheres foram consideradas “positivas” para o gene SRY. Contudo, dessas oito mulheres, sete demonstraram apresentar insensibilidade ao hormônio andrógeno; fato que novamente levantou suspeitas sobre a eficácia e a importância dos testes de verificação do sexo (RITCHIE, REYNARD & LEWIS, 2008).

Mesmo preterindo os testes de genotipagem e fenotipagem, o COI e a IAAF definiram em maio de 2011 outro marcador capaz de promover o “fair play” entre as atletas. E esse marcador foi o nível de testosterona sérica, ou seja, uma mulher, seja ela transexual ou não, para ser considerada apta a competir contra outras mulheres, deveria provar que o nível sérico da testosterona não teria ultrapassado 10 nmol/L de sangue, durante os últimos doze meses anteriores à competição. Essa política agora já não responde pelo nome de “verificação do sexo”, mas sim por “Política de Regulação para Mulheres com Hiperandrogenismo em Competições Femininas”<sup>9</sup>.

Nesse sentido, o COI parece ter instituído que o “problema não seria ser fêmea ou macho”, mas ser mulher. As mulheres transexuais<sup>10</sup> –não precisariam mais passar por cirurgias reparadoras ou de redesignação sexual (se comprovassem ter o nível sérico da testosterona na “normalidade”) –, e as mulheres portadoras de hiperandrogenia, que precisariam fazer a realocação dos níveis de testosterona aos “níveis femininos”, se quisessem competir contra outras mulheres. Caso contrário, segundo o documento emitido pelo Comitê Olímpico em novembro de 2015, essas mulheres seriam convidadas a competir contra os homens, o que para o COI as manteriam nos jogos e garantiria o caráter justo das competições<sup>11</sup>.

Previsivelmente, a política de readequação dos níveis séricos da testosterona, também foi questionada. Dutee Chand, suspensa em 2014 por apresentar “altos

---

<sup>9</sup> IOC Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism. Disponível em: [http://www.olympic.org/Documents/Commissions\\_PDFfiles/Medical\\_commission/2015-11\\_ioc\\_consensus\\_meeting\\_on\\_sex\\_reassignment\\_and\\_hyperandrogenism-en.pdf](http://www.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/Medical_commission/2015-11_ioc_consensus_meeting_on_sex_reassignment_and_hyperandrogenism-en.pdf) Acesso em 07 fev. 2016;

<sup>10</sup> O Comitê Olímpico não trabalha com a categoria “travesti”, em todos os documentos analisados tanto a pessoa transexual/intersexo quanto a pessoa travesti são categorizados como “transgender”. Já pessoas transexuais e intersexuais são categorizadas no quadro das DSD's - Disorder(s) of Sexual Development.

<sup>11</sup> IOC Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism. Disponível em: [http://www.olympic.org/Documents/Commissions\\_PDFfiles/Medical\\_commission/2015-11\\_ioc\\_consensus\\_meeting\\_on\\_sex\\_reassignment\\_and\\_hyperandrogenism-en.pdf](http://www.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/Medical_commission/2015-11_ioc_consensus_meeting_on_sex_reassignment_and_hyperandrogenism-en.pdf) Acesso em 07 fev. 2016.



níveis de testosterona” e “solicitada” a fazer a readequação da produção desse hormônio através de medicamentos ou intervenções cirúrgicas, impetrou uma ação contra o IAAF e o COI na Corte Internacional de Arbitragem Esportiva, ganhando a causa em 2015<sup>12</sup>. Com isso, tanto ela quanto a corredora sul africana Caster Semenya, que também havia impetrado uma ação no mesmo órgão, não só ganharam o direito de participar dos Jogos Olímpicos do Rio 2016, como foram responsáveis pela suspensão por 2 (dois) anos da “Regulamentação para Elegibilidade de Mulheres com Hiperandrogenismo em Competições Femininas”. Segundo a Corte Internacional de Arbitragem Esportiva, tal suspensão só será cancelada se o IAAF e/ou o COI provarem que o nível de testosterona “acima da normalidade” pode acarretar vantagens para mulheres com hiperandrogenismo (GLEESON & BRADY, 2016).

Com o deferimento da ação, Dutee Chand foi a primeira mulher indiana em trinta e seis anos a se qualificar para os Jogos Olímpicos na prova dos 100 metros rasos. Já Caster Semenya, que havia ganhado as provas dos 400, 800 e 1500 metros no Campeonato Sul Africano, batendo o recorde da prova dos 800 metros, venceu novamente nos Jogos Olímpicos Rio 2016 (GLEESON & BRADY, 2016).

De fato, o que podemos compreender é que esses discursos fazem parte de uma trama discursiva, que reiterada a partir de espaços legitimados, certamente, têm produzido os efeitos daquilo que nomeiam (BUTLER, 2003). Em outras palavras, esses discursos têm subsidiado a criação e manutenção de dispositivos que, por sua vez, criam e reiteram o que é ser mulher, mantendo o sexo/gênero como categoria distintiva e segregacional, sendo explicado por dados “naturais”. Um paradoxo, pois uma vez que tais instituições esportivas já reconheceram que o sexo/gênero são categorias sociais, exigir a elegibilidade dos corpos com base na genética ou no nível hormonal seria retroceder novamente ao pensamento “naturalista”, pensando o corpo/sexo/gênero como um dado e não como uma construção.

Desse modo é preciso enfatizar com que esses dispositivos agem não só têm determinado as diferenças, como as produzido, seja na forma como compreendemos o sexo/gênero (aparelho reprodutor, órgãos sexuais, hormônios sexuais, caracteres primários e secundários, genotipia, fenotipia) ou na

---

<sup>12</sup> Disponível em: [http://www.tas-cas.org/fileadmin/user\\_upload/award\\_internet.pdf](http://www.tas-cas.org/fileadmin/user_upload/award_internet.pdf) Acesso em 25 fev. 2017.

determinação do que esse “sexo/gênero” pode realizar/ser/ter (forte, rápido, agressivo, delicado, eficiente, flexível, resistente, hipertrofiado, etc.).

Para Ann Travers (2008), parece que os esportes não só impõem barreiras entre homens e mulheres como têm um papel fundamental na normatização da heterossexualidade compulsória e na conformidade do gênero; porém com dinâmicas diferentes para os sexos/gêneros. Quando um homem apresenta alta performance esportiva as suspeitas sobre sua sexualidade tendem a ser menores do que aquelas lançadas sobre mulheres na mesma situação, o que em outras palavras reforça que os esportes continuam sendo o um espaço reservado à masculinidade viril (ELIAS, 1992).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante das influências que os esportes têm nas relações sociais, em específico aqui, as de gênero, parece de suma importância que as distinções determinadas por discursos científicos, políticos, culturais, ideológicos, etc., sejam problematizadas, pois nota-se que os esportes fazem parte de um campo discursivo muito particular, no qual as separações e as interdições entre homens e mulheres têm recorrido ao aval das ciências e têm sido tomadas como “naturais” ou mesmo “necessárias”.

Ademais, é importante discutir quando e como os novos posicionamentos de uma instituição legitimada e legitimadora como o Comitê Olímpico Internacional influenciará outras instituições e esferas sociais. Determinar que o “sexo/gênero” de um/uma atleta não importa, como fez o COI e o IAAF, não é deixar de manter um padrão normativo, pois como já foi posto, outros marcadores da diferença têm sido utilizados. Garantir a elegibilidade de participação para pessoas que apresentem níveis de testosterona considerados “normais” é compreender que a testosterona seja a “fórmula mágica” capaz de garantir a vitória de uma/um atleta, um pensamento que se opõe não somente ao aprendizado técnico e tático da modalidade, como confere à testosterona uma função que não é somente dela.

Para mais, precisamos problematizar como e por que, os discursos têm determinado assimetrias no contexto esportivo, uma vez que assim estaremos lutando não só por uma ciência mais objetiva e menos generificada, mas pelo direito

humano às práticas corporais do movimento. E para que isso ocorra, parece ser significativo que repensemos as práticas esportivas, pois se os sexos importassem igualmente, toda uma gama de testes, valores e diferenciações relacionados a eles seriam inúteis, já que o essencial seria que todos(as) os(as) praticantes fossem seres humanos.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Eric. "I Used to Think Women Were Weak": Orthodox Masculinity, Gender Segregation, and Sport. **Sociological Forum**, v. 23, n. 2, June, 2008;
- BOHUON, Anaïs. Sport e bicatégorisation par sexe: test de féminité et ambiguïtés du discours médical. **Nouvelles Questions Féministes**, v. 27, Editions Antipodes, p. 80-91, 2008 ;
- BRÖMDAL, Annette C. G. The phantom category of 'Intesex' in Elite Sports. **Doctor of Philosophy, Faculty of Education, Monash University**, Australia, May, 2013;
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003;
- CITELI, Maria Teresa. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento humano. **XXIV Encontro Anual da ANPOCS**, Petrópolis, RJ, 2000;
- COLLING, Ana Maria. O corpo que os gregos inventaram. In: **Corpos e subjetividades em exercício interdisciplinar**. Marlene Neves Strey, Snia T. Lisboa Cabeda (Org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 49-64, 2004;
- CONNELL, Robert W; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Rev. Estudos Feministas**. v. 21, n. 1. Florianópolis, jan./abr., p. 241-82, 2013;
- DERRIDA, Jacques\_\_\_\_\_. **Margens da filosofia**. Trad. Joaquim Torres Costa, Antônio M. Magalhães. Campinas, SP: Papyrus, 1991;
- ELIAS, Norbert. **A busca da excitação**. Coleção Memória e Sociedade. Lisboa - Portugal: Difusão Editorial Lda, 1992;
- ELSAS, Louis J. et al. Gender verification of female athletes. **Genetic in Medicine**, v. 2, n. 4, July/August, p. 249-254, 2000;
- FAUSTO-STERLING, Anne. **Sexing the Body**. 1 ed. Published by Basic Books, a member of the Perseus Books Group, New York, NY, 2000;
- \_\_\_\_\_. Dualismos em duelo. **cadernos pagu**. n. 17-18, p. 9-79, 2001;
- FOURNARAKI, Eleni; PAPAKONTANTINO, Zinon. **Sport, Bodily, Culture and Classical Antiquity in Moderne Greece**. Routledge Ed. NY (USA), 2011;
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 21ª Impressão. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2011;
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. 23 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979;

GLEESON, Scott; BRADY, Erik. With rules suspended, intersex athletes to take center stage at Rio Olympics. **USA TODAY**, August 1, 2016;

GOELLNER, Silvana Vilodre. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. **Movimento**, v. 13, n. 2, Porto Alegre, maio-agosto, p. 171-196, 2007;

\_\_\_\_\_. Mulher e Esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a Prática**, v. 8, n. 1, p. 85-100, 2005;

HEGGIE, Vanessa. Testing sex and gender in sports; reinventing, reimagining and reconstructing histories. **Endeavour**, vol. 34, n. 4, p. 157-163, 2010;

KARKAZIS, Katrina et al. **Out of Bounds? A critique of the new policies on hyperandrogenism in elite female athletes**. The American Journal of Bioethics, v. 12, n. 7, p. 3-16, 2012;

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo. Corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001;

LESSA, Patrícia; VOTRE, Sebastião Josué. Carteira rosa: a tecnofabricação dos corpos sexuais nos testes de feminilidade na olimpíada de 1968. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, June, p. 263-279, 2013 .

PASSOS, Adriano M. R. **Performances e Performatividade: negociações de gênero e sexualidade em aulas de Educação Física**. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais (UFG), 2014;

RITCHIE, Robert; REYNARD, John; LEWIS, Tom. Intersex and the Olympic Games. **Journal of the Royal Society of Medicine**, v. 101, n. 8, August, p. 395-399, 2008;

SÁNCHEZ, Francisco; MARTÍNEZ-PATIÑO, María José; VILAIN, Eric. The New Policy on Hyperandrogenism in Elite Female Athletes is Not About "Sex Testing". **Journal of Sex Research**, v. 50, n. 2, p. 112-115, 2013;

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação física: raízes europeias e Brasil**. 4 ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2007;

TRIVERS, Ann. The Sport Nexus and Gender Injustice. **Studies in Social Justice**. v. 2, n. 1, p. 79-101, 2008;

WARREN, Patrícia Nell. TAMARA E IRINA PRESS - Ascenso y declive de las pruebas de verificación de sexo. In: **EL VESTUARIO DE COLOR ROSA - Semblanzas de deportistas gays, lesbianas, transexuales y bisexuales**. Editorial EGALES, Madrid, p. 163-181, 2007.